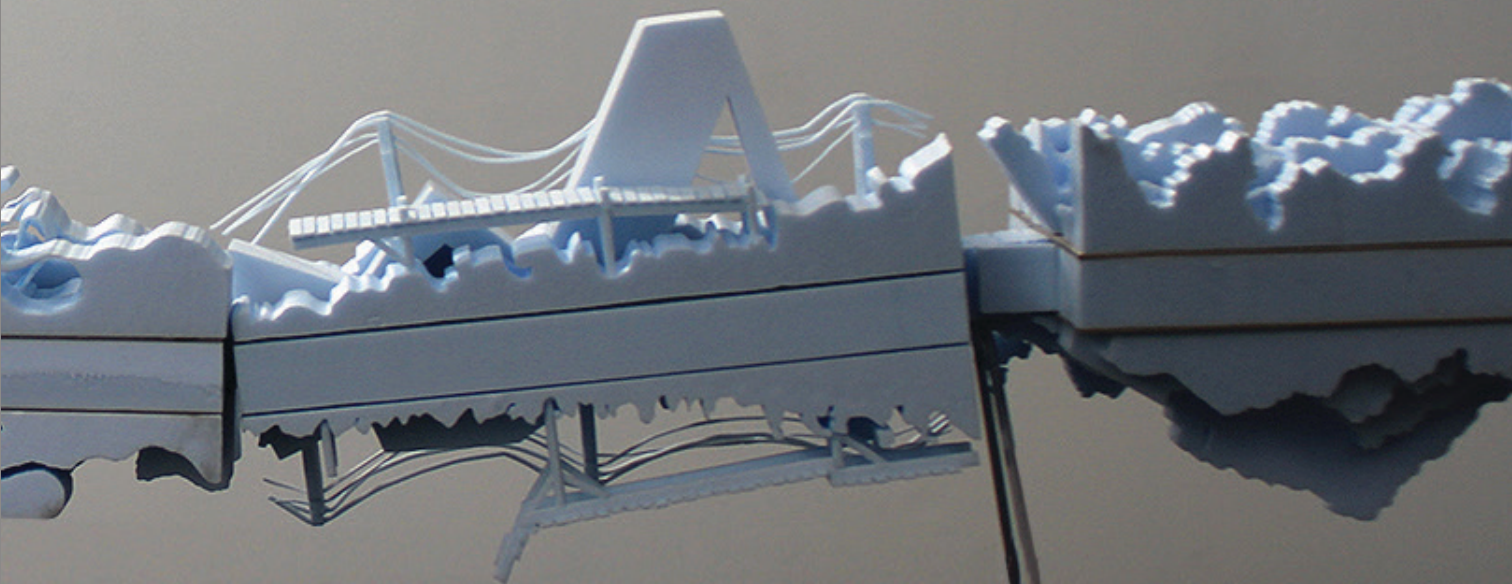


A ÁGUA COMO PATRIMÓNIO

EXPERIÊNCIAS DE REQUALIFICAÇÃO DAS CIDADES
COM ÁGUA E DAS PAISAGENS FLUVIAIS

PAULO PEIXOTO
JOÃO PAULO CARDIELOS
(ORGS.)

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

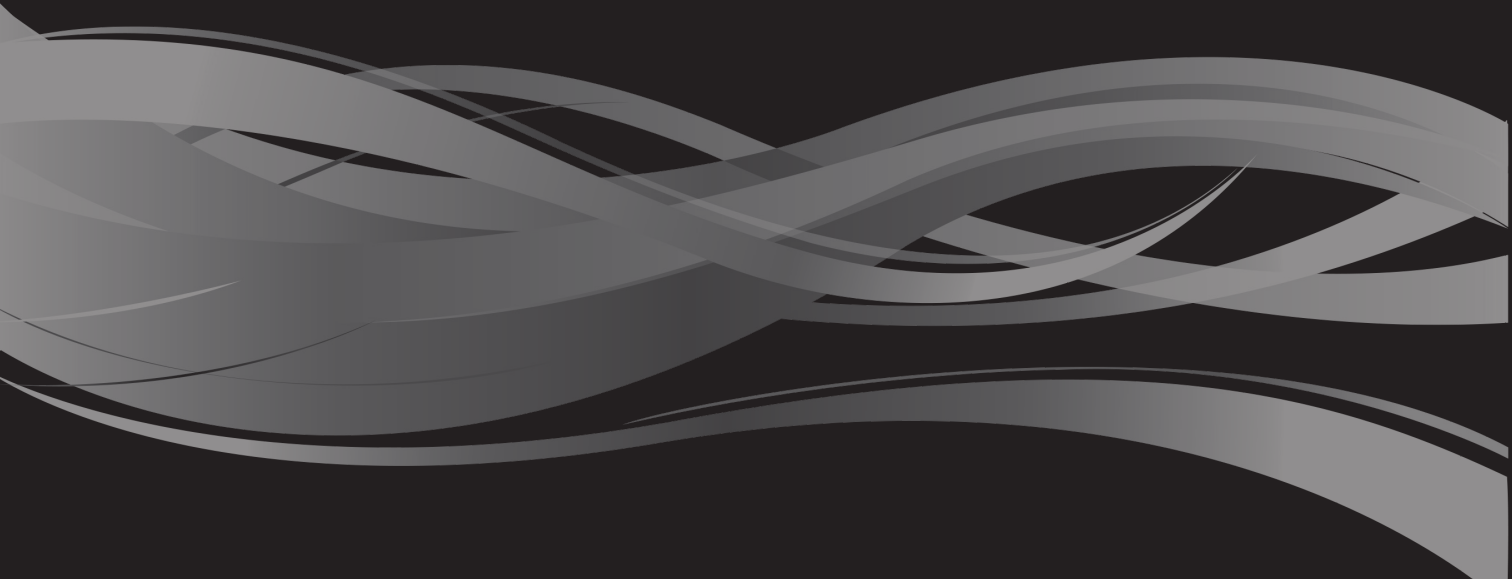




COIMBRA

CIDADE À PROCURA DE UM RIO

JOÃO PAULO CARDIELOS (Coordenador)
RUI LOBO
PAULO PEIXOTO
EDUARDO MOTA



O Mondego marca indelevelmente todas as localidades que cruza. Coimbra não constitui exceção. Toda a frente ribeirinha, instalada sob a sua margem direita, viu estabelecer paulatinamente os usos que o território lhe exigia, e a construção histórica ampliou essa condição, alargando a área urbana e ligando as cotas altaneiras nas colinas. Estruturou-se uma conexão forte entre a alta da colina defensiva, que é hoje monumental e universitária, e a baixa comercial dos serviços, que já foi pólo industrial e se rendeu décadas, durante todo o século XX, à mobilidade e às exigências várias de progresso, lido e medido por padrões referenciais de épocas que, felizmente, já não vigoram.

Ao longo do curso baixo do rio há outras cidades que, tal como Coimbra, estão a assistir às transformações urbanísticas que se focam hoje em processos de regeneração urbana, e que ambicionam mais do que a construção de novas espacialidades. A revitalização das margens é, há já alguns anos, um desafio complexo do qual faz parte a reconstrução da própria identidade dos lugares. Ao património histórico e monumental de cada lugar ribeirinho, pleno de memórias que envolvem a história deste território – desde a reconquista cristã à fixação das fronteiras do país, e de aí em diante, até ao Portugal europeu que determina o extremo ocidental de uma comunidade de países orgulhosa das suas culturas –, juntam-se hoje as memórias dos homens, as pessoas que construíram as suas paisagens à medida de cada época, e que legaram o palimpsesto (Corboz, 2001) em que hoje se constitui o Mondego.

A natureza fluvial representa hoje, apenas, uma pequena parte de um repositório patrimonial inesgotável que urge estudar e redescobrir, para se poder reinventar e expandir o potencial que as suas margens inquestionavelmente proporcionam, convertendo-o em qualidade do habitar. A melhor maneira de o conseguir será, sem dúvida, através da difusão da informação agregada às memórias do rio, que as populações deverão reconhecer e valorizar, para estimularem e exigirem um reabitar mais sensível e criativo.

O projeto

O projeto “Eau comme Patrimoine” ofereceu-se como uma excelente oportunidade para alargar o âmbito dos exercícios de diagnóstico e projeto, sobre as realidades ribeirinhas do Mondego. Apesar de centrado na cidade de Coimbra ficou decidido, desde muito cedo, alargar o âmbito geográfico do diagnóstico ao reconhecimento do atual estado do seu curso superior, e também estender parte do projeto à planície aluvial do Baixo-Mondego, e ainda, desenvolver todo o processo metodológico envolvendo estudantes de universos educativos e diferentes grupos etários.

O desenvolvimento do projeto de Coimbra foi definido a partir de três eixos: um primeiro eixo relativo às escalas de elaboração do diagnóstico; um segundo, relativo ao envolvimento de estudantes na elaboração desse diagnóstico; e um terceiro e último, respeitante à organização de debates e eventos públicos sobre o diagnóstico efetuado.

Para efeitos de diagnóstico foram fixadas duas escalas de análise. Uma primeira escala, centrada nas margens do território mais urbano do Mondego, correspondendo à zona situada entre as

4 pontes que cruzam o rio em Coimbra, que tem sofrido uma importante transformação recente e mantém em curso um processo incompleto, pleno de oportunidades e contradições; uma segunda escala envolve todo o território percorrido pelo rio, com um particular enfoque para o trajeto fluvial que vai de Coimbra à Figueira da Foz. Atribuiu-se ainda uma atenção especial à foz do rio, junto à cidade da Figueira da Foz, onde os debates em curso sobre o planeamento urbano indiciam, também aí, importantes transformações urbanas a empreender futuramente.

Considerando estas duas escalas, foram desenvolvidas várias iniciativas, de modo a efetuar um diagnóstico que pudesse enquadrar a elaboração do projeto e orientar o workshop realizado em Lille, em maio de 2012. As iniciativas ganharam visibilidade, num primeiro momento, através da conceção do site <http://www.ces.uc.pt/epat> e, num segundo momento, a partir da realização de eventos científicos, workshops, exposições e debates.

A concretização do projeto envolveu alunos de vários níveis e instituições. Alunos do Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Alunos de Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Alunos da disciplina de Geografia A, da Escola Secundária Dom Duarte, em Coimbra, coordenados por Edite Rico. Alunos da Disciplina de Geografia, da Escola Secundária de Cristina Torres, na Figueira da Foz, coordenados por Fernanda Craveiro. Globalmente, para além de contribuir para cumprir um dos objetivos do projeto, este envolvimento visou ainda: introduzir questões relativas aos rios, paisagens fluviais e usos da água nos conteúdos curriculares; fomentar um cruzamento de fontes documentais e orais que permitissem enriquecer o diagnóstico; potenciar a interação institucional e também entre alunos de vários níveis de ensino; promover a participação e o debate público; e, por fim, contribuir para a elaboração do projeto.

Os estudantes do Departamento de Arquitetura que foram envolvidos no projeto integraram três grupos distintos:

Um primeiro grupo de estudantes, da unidade curricular “Projeto V”, estudou desde o início do projeto EPAT, no ano letivo de 2010-11, as frentes ribeirinhas da cidade de Coimbra e a complexidade do sistema de mobilidades urbanas, regionais e nacionais, tanto rodoviárias como ferroviárias, que envolvem as travessias do Mondego e os seus impactes na qualidade e vivências do rio. Estes estudantes compuseram ainda o diagnóstico geográfico e urbano da história da cidade de Coimbra, e do seu planeamento recente, e fundamentaram, à luz da teoria urbana, os processos em curso. Depois, cruzaram toda esta informação com os desejos e ambições expressos por inúmeros grupos ou iniciativas de cidadãos, difundidos pelos meios de comunicação social locais, ou veiculados em iniciativas de grupos de cidadãos participativos independentes, que auscultaram. Estabelecidas as bases de projeto avançaram para o desenho sobre as áreas de potencial transformador mais relevantes, procurando enquadrar os desejos e ambições com os registos mais inovadores, que o discurso atual sobre a regeneração urbana pode proporcionar.

Um segundo grupo, idêntico ao anterior, trabalhou já no ano letivo de 2011-12, sobre as transformações em curso no Baixo-Mondego e sobre as frentes ribeirinhas da cidade da Figueira da Foz, junto ao Oceano Atlântico, seguindo as mesmas orientações metodológicas do grupo anteriormente referido.



Do trabalho destes dois grupos de estudantes, coordenados pelos docentes Gonçalo Byrne, Nuno Grande, Rui Lobo e João Paulo Cardielos, resultaram duas exposições e dois debates públicos, realizados respetivamente nas cidades de Coimbra e da Figueira da Foz, envolvendo representantes políticos das duas autarquias, técnicos dos serviços municipais de urbanismo, técnicos de organismos ambientais do estado português, e ainda outros, ligados à gestão das principais infraestruturas regionais, e representantes de grupos de cidadãos independentes e de organizações ambientalistas. As exposições intitularam-se: “COIMBRA REINVENTADA: visões urbanas para as margens do Mondego”, realizada no âmbito da semana cultural da Universidade de Coimbra, que esteve patente de 2 de março a 3 de abril de 2011 no Museu Nacional de Machado de Castro; e, “VISÕES URBANAS PARA A FOZ DO MONDEGO: um futuro possível para a Figueira da Foz”, realizada na Casa do Paço, de 12 de julho a 16 de setembro de 2012.

Por último, um grupo de estudantes universitários mais novos, da unidade curricular de “Desenho II”, e no mesmo ano letivo de 2011-12, trabalhou sobre o imaginário como património, nas artes plásticas, tendo como tema o rio Mondego. No âmbito desta unidade curricular, sob coordenação de António Olaio e de Pedro Pousada, foi realizada entre 14 de fevereiro e 11 de abril de 2012, no Museu da Água, em Coimbra, a exposição “O Rio Voador”.

“No Museu da Água, as peças dos alunos dos cursos de Arquitetura e de Design e Multimédia da Universidade de Coimbra, na proximidade do rio Mondego, surgem como sendo seu eco e deriva. Os alunos de “Desenho II”, do curso de arquitetura, (...) criaram uma peça suspensa estendendo-se longitudinalmente na sala de exposições, azul, linear, como abstração ou síntese da ideia de rio, feita da junção de peças criadas individualmente por cada aluno. Este ‘rio voador’, assim autonomizado, nasce da ideia de um rio que concentra em si as próprias margens, síntese da ideia de que um rio inclui as suas margens. E, na contaminação da ideia de arquitetura, este rio é um rio construído. Solidez tornada fluida, nestas formas que se estendem como um rio.

Nas paredes da sala expuseram-se os trabalhos dos alunos dos cursos de Design e Multimédia: os alunos de “Desenho e Representação” (coordenados pela professora Alice Geirinhas), em papel recortado, fazem eco do curso linear deste rio imaginado, em silhuetas que se espelham como margens que

se refletem, mas o reflexo é outra coisa, num rio que cria a sua própria realidade; os alunos de “Estudos de Composição” (coordenados por A. Olaio), com imagens projetadas, mostram composições de letras que, em vez de produzir texto, significado, produzem o sentido de um fluxo de formas. Evocando o sentido de um discurso, mas sendo sobretudo exploração plástica de uma condição pré-discursiva.

De facto, em qualquer produção plástica, a essência é sempre o pensamento. Aqui, o pensamento encontra na ideia de rio uma tradução simbólica eloquente. No rio onde nos podemos espelhar para nos vermos, reconhecermos, mas em imagens cujos contornos se tornam mutáveis, dinâmicos, por força da superfície de um espelho em permanente movimento”. (Transcrição, com pequenas adaptações, do texto de António Olaio, no Catálogo da Exposição “O Rio Voador”)

Outros estudantes, do curso de Sociologia da UC, envolveram-se no projeto no âmbito de duas unidades curriculares. No âmbito de “Fontes de Informação Sociológica” procederam à pesquisa e análise de fontes documentais sobre o Rio Mondego e sobre planos e projetos de intervenção nas margens do rio, tendo realizado trabalhos que estão publicamente disponíveis em <http://www.ces.uc.pt/epat>. Os alunos de “Amostragem e Inquérito” conceberam e realizaram um questionário sobre a Água e o Rio Mondego em Coimbra. O inquérito procurou captar informação sobre a forma como a população residente na cidade se relaciona com o rio Mondego e os recursos hídricos. Aplicado em quatro zonas residenciais distintas – Solum, Conchada, Baixa da cidade, e ainda, nas urbanizações em torno da Quinta das Lágrimas/Nó das Lages, na margem esquerda –, permitiu analisar comparativamente como diferentes segmentos de residentes em Coimbra usam o rio e as suas margens, e que perceções têm acerca da sua importância para a cidade, das medidas públicas com ele relacionadas, e das formas como é aproveitado na área urbana que atravessa.

Os alunos de Geografia A, da Escola Secundária Dom Duarte, em Coimbra, realizaram duas atividades distintas:

A primeira, designada “Áreas rurais em mudança”, incidiu sobre o Baixo Mondego e permitiu: identificar espécies animais e vegetais, caracterizar a sua interdependência e importância para o equilíbrio da biodiversidade e a proteção ambiental local e nas explorações agrícolas; mostrar de que forma a abundância de cegonhas no Baixo Mondego e a técnica utilizada para as afastar dos arrozais reflete a preocupação com o desenvolvimento sustentável; caracterizar as alterações no sistema agrário do Baixo Mondego, resultantes das obras de regularização do rio ao longo de décadas.

A segunda foi especificamente orientada para a “Análise do Parque Verde do Mondego”, e permitiu: elaborar cartografias de sensações desta nova área/parque urbana; caracterizar e avaliar os reflexos da aplicação do Programa Polis Coimbra; efetuar um levantamento funcional do Parque Verde do Mondego; e reter indicadores de requalificação no Mosteiro de Santa Clara A Velha.

Por sua vez, os alunos da Disciplina de Geografia, da Escola Secundária de Cristina Torres, na Figueira da Foz, realizaram várias pesquisas sobre o tema “Novas utilizações da água: o estuário do Mondego”. O principal objetivo do trabalho foi dar a conhecer algumas atividades que se realizam no estuário do Mondego e que demonstram a importância da água para diversas áreas da vida das comunidades locais. O estuário do Mondego é uma área que se estende desde sensivelmente Montemor-o-Velho até à foz

do Rio Mondego, junto à cidade da Figueira da Foz. É uma área vasta, onde decorrem várias atividades económicas, e é utilizada para a indústria, a agricultura, a caça, a pesca, a aquacultura, a salicultura, além de variadas atividades de turismo e recreio. O estuário do Mondego possui um grande valor para as aves pois constitui-se como ponto de passagem e paragem obrigatória para algumas espécies. São especialidades nesta área o flamingo-comum, a águia-pesqueira, o gaivotão-real e o estorninho-malhado. Para além destas, há uma vasta lista de outras espécies que tornam todo o salgado, e particularmente o sítio da Ilha da Murraceira, como lugar de grande interesse ornitológico. Por tudo isto, o estuário do Mondego é um Sítio Ramsar. Os trabalhos realizados pelos alunos incidiram particularmente sobre: a salicultura, a aquicultura, as atividades desportivas e o turismo. Com esses trabalhos os alunos procuraram dar conta da forma como as comunidades locais realizam estas atividades, e de como usam a água e fomentam o seu uso de modo sustentável e ambientalmente amigável.

Além das já referidas exposições e debates públicos, promovendo a transição entre a fase do diagnóstico e a do projeto, vários outros eventos científicos contribuíram para a realização deste projeto. Salientamos a realização do seminário internacional “A água como património – a importância das paisagens fluviais para as cidades e as comunidades locais”, que teve lugar em Coimbra entre 13 e 15 de fevereiro de 2012. Além da participação dos parceiros locais e internacionais envolvidos no projeto EPAT, o seminário permitiu: discutir um plano de orientação para a bacia fluvial e zonas adjacentes e, ao mesmo tempo, pensar um plano que preveja estratégias de ligação e articulação com as cidades; discutir ideias que perspetivem uma ligação mais eficaz entre os projetos relativos às áreas urbanas e ao rio; e que permitam “viver” o rio e devolver-lhe o seu papel de protagonista privilegiado na organização das cidades, e no usufruto das áreas naturais próximas ou envolventes.

Organizou-se ainda um workshop, dinamizado por especialistas internacionais em projetos fluviais, integrando os alunos envolvidos no diagnóstico e no projeto de Coimbra, que teve lugar em Coimbra em 3 de outubro de 2011.

Realizou se também uma outra exposição, denominada “As areias do Mondego: da extração à construção”, realizada no Mosteiro de Santa Clara-A-Velha, de 19 de outubro de 2012 a 10 de fevereiro de 2013. Esta exposição permitiu discutir a importância do Rio Mondego no desenvolvimento dos sistemas construtivos locais, de Coimbra e da Figueira da Foz, mostrando que, nas areias que constituem os rebocos tradicionais, surgem tipos de rocha provenientes de diferentes regiões, sendo algumas longínquas, que vêm arrastadas pelas águas do rio Mondego e dos seus afluentes, desde a sua nascente na Serra da Estrela.

Ensaio e contributos académicos para transformar as margens ribeirinhas de Coimbra e da Figueira da Foz

Os estudantes do curso de mestrado integrado em arquitetura prepararam um conjunto de propostas urbanísticas que resultaram dos diagnósticos previamente efetuados. As situações escolhidas

como zonas de intervenção prioritárias diferiram bastante. Foram atendidas as experiências urbanísticas previamente desenvolvidas, sobre as margens do Mondego, e as áreas de oportunidade mais relevantes, face aos programas identificados e ao potencial ou relevância dos resultados que as intervenções poderiam potenciar num futuro próximo.

Coimbra Reinventada...

Coimbra revelava já, à data do início do projeto, um conjunto de iniciativas desenvolvidas ao longo das últimas duas décadas que eram, efetivamente, significativas para a transformação das margens, e para a perceção que a cidade e os seus cidadãos começavam a adquirir acerca da importância do rio, para a sua própria reinvenção. Tratava-se não só da espacialidade e valor natural do leito urbano mas, sobretudo, da redescoberta da sua condição aprazível, da possibilidade de se desfrutar da proximidade da água, tanto tempo esquecida ou relegada para uma condição distante e inacessível.

Depois de décadas de um afastamento marcado pelo corte infraestrutural ferroviário e pelos muros de proteção que suportaram o estabelecimento industrial, nos últimos anos a cidade começou a registar uma progressiva aproximação à frente de água. O programa público de valorização das margens do rio Mondego iniciou-se na margem direita, a montante da Ponte de Santa Clara, com as intervenções nos espaços ajardinados do Parque Verde do Mondego, e com a sua ligação e recuperação ao velho jardim público, o Parque Manuel Braga. Passou depois para a margem esquerda onde se desenvolveram sucessivas ações, que a ponte pedonal e ciclável Pedro e Inês veio relacionar com a primeira fase. A requalificação dos espaços públicos que marca todo o programa foi complementada por um conjunto amplo de equipamentos. Destaca-se o projeto de articulação do Jardim de Santa Clara, que desenha também a porta poente do Parque Verde, com a construção da enscadeira que faz a conservação e valorização do lugar arqueológico do Mosteiro de Santa Clara A Velha – a que se juntou a construção da nova unidade museológica e centro interpretativo, agraciados com o “Prémio



Europa Nostra". Estes espaços abrem-se para a Praça da Canção, o novo recinto de festividades académicas, instalado junto à Ponte de Santa Clara, sobre a margem esquerda do rio. Daqui parte um novo canal que desenha o parque poente e se funde com o rio junto às instalações de recreio náutico, dos campos desportivos informais e dos estacionamento de apoio. Um pouco mais a sul, as novas Piscinas Municipais e o Exploratório Ciência Viva rematam o conjunto, preparando o principal ponto de acesso rodoviário a esta margem esquerda ajardinada e pedonalizada, bem equipada, junto ao reformulado Nó das Lages. Contudo, esta ampla rotunda rodoviária configura e representa claramente o mais grave problema instalado ao longo de toda a margem esquerda, que é criado pelo atravessamento da via rápida rodoviária, de nível nacional – o itinerário complementar número 2, IC2. Este problema foi questionado pelos projetos académicos, que reconfiguraram todo o modelo de circulação e controlo de fluxos instalado. Ao redefinirem as mobilidades e afastarem o tráfego de atravessamento, os estudantes potenciaram o alargamento de uma ocupação de tipo urbano, principalmente sobre o troço ainda não intervencionado desta margem, entre as pontes de Santa Clara e o Açude, mais a norte.

Os investimentos públicos, emblematicamente marcados pelo Programa Polis Coimbra, estimularam o investimento privado nas duas margens e as novas urbanizações começaram a aparecer e a envolvê-los, nas Lages, na Quinta das Lágrimas, mas também na Av. da Lousã. Também a Universidade de Coimbra, mais a sul, havia iniciado e mantém em curso a instalação do Pólo II, das escolas de Ciências e Tecnologias, entre o pinhal de Marrocos e a Av. da Boavista, já a montante da Ponte Rainha Santa. Ainda mais longe, na Portela, está a estabelecer-se um outro importante bairro residencial. Todas estas implantações residenciais ou mistas reforçam a inversão de um processo longo, que outrora ficou marcado pela dispersão pelo interland urbano, e que agora se faz reaproximando as novas áreas urbanas da frente de água, revalorizada pela mudança de sensibilidades e valor, já indisfarçáveis. Na dobra sul do Mondego, na aproximação ao centro urbano, estava pois em curso e corrigia-se a velha indiferença ou temor que marcara a recusa do rio, tanto tempo prolongada.

Ao contrário, importava definir em projeto uma estratégia para a zona norte, a jusante da Ponte de Santa Clara, que confronta a cidade histórica. Muito marcada pela presença quase exclusiva de



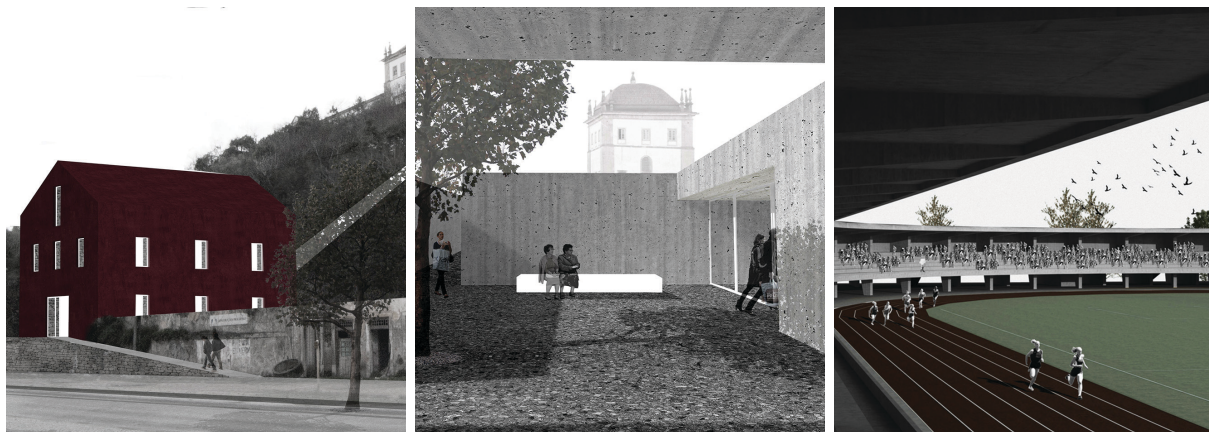
infraestruturas rodoviárias pesadas, antigas e recentes, e pelos espaços residuais e incharacterísticos, ou sobrantes, que sempre ocorrem nestas situações, aqui tudo estava por fazer. Os programas previstos ou desejados envolvem a instalação de importantes equipamentos que a cidade tradicional, na margem direita, não tem capacidade de acolher, devido à escassez de área e à necessidade de zonas públicas relevantes, que a apertada malha urbana consolidada inviabiliza. Assim sendo, na margem esquerda, onde se situa o Centro Desportivo Universitário – fruto de um processo longo e descontrolado de adições – e uma escola, além de enormes áreas residuais ou expectantes, marcadas pelo peso excessivo do já referido atravessamento rodoviário, foi prevista a instalação da nova Cidade Judiciária, de uma unidade hoteleira, além do redesenho da própria escola e do centro desportivo existentes, e do tratamento da frente de água, como extensão do programa de parques já instalado a sul da ponte de Santa Clara. Mais acima na encosta, o Convento de S. Francisco está a ser adaptado para Centro de Congressos, e o projeto previu a reabilitação do marcante Convento de Santa Clara A Nova como equipamento cultural. A clivagem de cotas que marca a escarpa da Guarda Inglesa justificava o desenho, desenvolvido em projeto, de um meio de transporte funicular, alternativo, de ligação às cotas mais elevadas, onde se projetou um novo bairro residencial, com vista sobre a cidade antiga.



Toda esta área foi alvo de uma nova malha urbana, que se procurou articular com a da cidade existente na outra margem, ligando-as através de duas novas pontes pedonais. As cidades encontram-se finalmente sobre o rio, e este passa a ser parte da rede espacial que une programas e densifica atividades, reforçando a massa crítica indispensável para que tudo funcione, e para que o novo elétrico de superfície, em projeto, possa estender o seu alcance à margem esquerda, onde já vive uma percentagem muito elevada (cerca de 50%) da população de Coimbra.

Sobre os muros da frente de água da margem direita, tradicional e central, os vazios da obsolescência ferroviária e industrial abrem oportunidades para o preenchimento de novos blocos residenciais, onde a hotelaria em instalação se integra no redesenho urbano, que as novas artérias transversais cruzam, ligando o miolo da Baixinha ao rio. Ao longo de uma nova avenida, paralela ao curso de água, estabelece-se o corredor por onde vai fluir o novo transporte ligeiro sobre carris, que se quer ver também cruzar o rio, e estabelecer fluxos capazes de fundir as áreas urbanas, e fixar definitivamente a cidade nas duas margens, demolindo valores ambíguos de centralidade e periferia que já não fazem qualquer sentido.





Um pouco mais a norte, a abertura de uma nova avenida de ligação à estação ferroviária projetada para a alta velocidade, é o pretexto ideal para o desenho de uma nova porta urbana, e um novo acesso à Mata do Choupal e às margens artificiais que a natureza colonizou, ao longo de mais e quarenta anos, renaturalizando os diques.

No seu conjunto, as margens encontram neste projeto um corredor fluvial que foi duplamente sublinhado por áreas predominantemente naturais, em diferentes cotas, numa sequência de parques que permitem percorrer toda a frente ribeirinha da cidade num desfiar de espaços ajardinados de excelência ou, alternativamente, em jardins públicos ou espaços densos que se arborizam, conjugando a rede verde já instalada com os novos espaços que o projeto desenha.

Esta nova realidade é justificada por um pertinente reforço e densificação das zonas residenciais envolventes, que assim se aproximam do rio, contrariando a tendência anterior de dispersão e periferização descontrolada em direção ao interland urbano. Ao mesmo tempo, os programas e aspirações que a urbe ambiciona instalar foram previstos e desenhados, como parte deste projeto visionário, que no âmbito académico ousa propor criativamente, para poder desafiar a gestão e agitar o debate e a participação cívica, em torno deste conjunto de importantes interrogações urbanísticas.

Usos e percepções do Rio Mondego em Coimbra

A requalificação já efetuada da frente de rio, com a construção do Parque Verde do Mondego e a regeneração de ambas as margens, de teor lúdico e recreativo, trouxe consigo novas possibilidades de usufruto para os cidadãos de Coimbra. Que percepções têm eles do rio e dos novos espaços edificados nas suas margens? Como o usam e se relacionam com ele?

O inquérito realizado junto de 272 residentes em quatro áreas da cidade, duas próximas dessa frente de rio – zona baixa de Santa Clara e Baixinha – e duas mais distantes – Conchada e Solum –, permitiu captar algumas ideias interessantes a esse respeito. Os resultados do inquérito mostraram uma forte valorização simbólica do rio, associada essencialmente a aspetos de natureza identitária, afetiva



e lúdica. Confirmaram a persistência do rio como elemento central das narrativas e dos imaginários que construíram historicamente a identidade da cidade. Não obstante, essa valorização simbólica generalizada reflete modos de relacionamento e padrões de uso da frente ribeirinha bem diferenciados. Encontram-se na verdade diferenças nos tipos e intensidades de relação com o rio, que remetem quer para as distintas características demográficas e sociais dos residentes das quatro zonas inquiridas, quer para os efeitos da proximidade ou distância geográfica ao rio.

No que respeita à regularidade e intensidade da frequência do Parque Verde do Mondego, é forte a influência da localização geográfica. Os residentes dos bairros mais próximos – zona baixa de Santa Clara e Baixinha – fazem uso mais frequente da frente ribeirinha. Essa distinção manifesta-se também na relação diferenciada com as duas margens do rio. A margem esquerda é muito menos frequentada pelos residentes dos bairros mais distantes – Solum e Conchada.

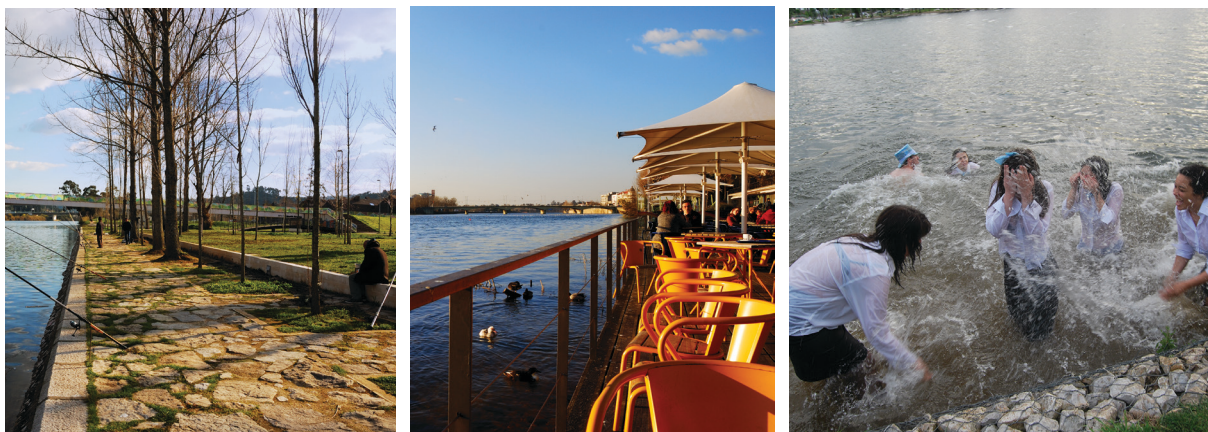
Quanto aos tipos de utilização da frente ribeirinha, são sobretudo os efeitos da condição social e do estilo de vida que se fazem sentir, aproximando os residentes dos bairros de Santa Clara e Solum, onde marca presença uma população mais escolarizada e típica das classes médias e superiores, em torno de usos mais lúdicos e desportivos, e de uma maior frequência de equipamentos e serviços como restaurantes, bares, desportos náuticos e atividades noturnas.

Os resultados da inquirição efetuada parecem confirmar a pertinência das apostas na valorização das margens, que se iniciou há muito e que os projetos agora desenhados desenvolvem de modo claro, olhando as oportunidades em aberto como exercícios de correção e estímulo de políticas urbanísticas

Visões urbanas para a foz do Mondego

O projeto para a frente de água fluvial, da cidade da Figueira da Foz, para além de alargar o diagnóstico de compreensão das problemáticas colocadas pela presença da água, com o inerente valor patrimonial e ambiental, respondeu a um desafio da Coordenação do Plano Estratégico para o município. Os estudantes da Escola de Arquitetura da Universidade de Coimbra investigaram e deram visibilidade a

uma ousada estratégia de futuro, para a foz do Mondego, através de um conjunto de projetos urbanos, naturalmente sujeitos a algumas indeterminações programáticas. Contudo, os exercícios procuraram relacionar-se de modo realista com os complexos problemas detetados ao longo da fase de diagnóstico. Exploraram-se algumas possibilidades apontadas pelas equipas de planeamento municipais, nomeadamente: a possível transferência do Porto Comercial para as suas instalações logísticas na margem sul do Mondego, libertando grande parte da frente fluvial da cidade; a implementação da Agenda XXI Local e o programa de sustentação ambiental para o estuário do Mondego, e para a ilha da Murraceira; a potenciação do Cluster-Mar na região, valorizando a componente lúdica e turística, com a instalação de um terminal portuário de navios de cruzeiro, sobre a frente ribeirinha libertada na margem norte, e com a otimização das condições oferecidas pelas praias atlânticas, na Cova-Gala, na margem sul.



Estas possibilidades determinaram a identificação imediata de três áreas distintas de intervenção:

1. A frente urbana ribeirinha da Figueira da Foz, que ao beneficiar com a transferência do Porto Comercial se vai converter numa plataforma urbana aprazível, ajardinada, disponível para receber uma marina oceânica, uma marina de recreio e o já referido terminal de cruzeiros, com as respetivas áreas comerciais e de hotelaria. Ela constitui ainda o remate final de um longo percurso ciclável que percorre o corredor fluvial, entre Coimbra a Figueira da Foz, e que vai culminar por fim na dobra, sobre a praia atlântica, que espreita a outra frente de água da cidade, face ao oceano.

A transformação alarga o número de espaços públicos e equipamentos disponíveis – praças, esplanadas, jardins, ciclovias – permitindo a conexão entre a frente fluvial e os parques urbanos que, em penetração, vão desenhar os vales ajardinados das Abadias e de Tavadede.

A ligação entre as duas margens do rio, que é, na atualidade, exclusivamente rodoviária e difícil, passa a realizar-se agora através das duas novas pontes propostas. A primeira, pedonal, junto à frente marítima que se estende da cidade histórica até à Gala; a outra, ferroviária, articula-se com um novo interface rodoferroviário, que substitui a velha estação de caminho de ferro.

2. A Ilha da Murraceira, uma fascinante paisagem artificializada pelo labor de salineiros e marnotos ao longo de séculos, e refém de uma envelhecida estrutura de produção de sal economicamente

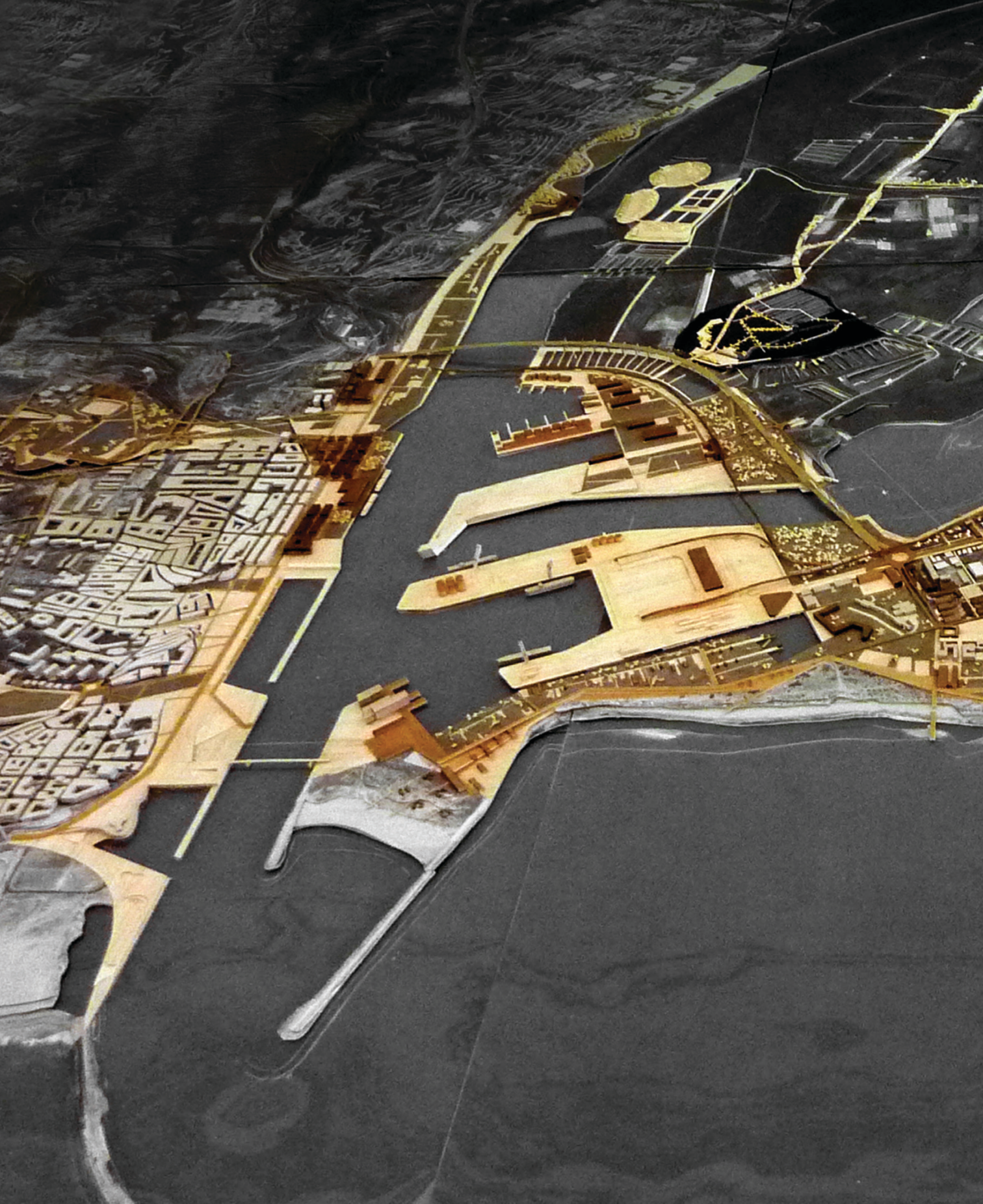
debilitada, recebe novos percursos de ligação às margens envolventes. Mantem-se aí uma acessibilidade rodoviária estruturante, mas condicionada, de acesso laboral a este ecossistema sensível, enquanto o projeto privilegia os percursos pedonais e clicáveis. Trata-se de instalar um circuito de exploração e descoberta das antigas e revitalizadas atividades produtivas – o sal, as algas marinhas, a agricultura biológica, a aquacultura de peixe e marisco – e ainda, de uma incomum biodiversidade. Tira-se partido das inúmeras estruturas pré existentes – um velho e raro moinho de marés, comportas e caldeiras, palheiros e armazéns, viveiros de peixe e marinhas – e acrescentam-se equipamentos que reinventam a paisagem natural do estuário enquanto centro de acolhimento e interpretação. Instalam-se capacidades para a investigação científica, áreas museológicas e recreativas, apoios para a observação de aves, e diversos serviços turísticos ligeiros, que funcionarão de forma integrada e gerida por um



programa, já esboçado em plano diretor especializado, desenvolvido pelo município, para uma prática ambientalmente amigável. Na verdade, trata-se de espacializar as condições para a aposta na criação de uma “marca” própria, e para a revitalização de uma estrutura produtiva especializada, em sal e agricultura biológica, em regime de complementaridade, certificada e alargada a produtos derivados muito variados. Pretende-se revitalizar este amplo território estuarino de modo sustentável e alavancar modos de produção, agora cientificamente apoiados, de bens regionais de origem controlada e elevado valor acrescentado, fixando condições laborais adequadas e profissionalizando e especializando o trabalho. Também a aquacultura, atualmente em expansão, fará parte deste processo, mas sob vigilância apertada, para assegurar a salvaguarda ambiental dos biótopos e habitats, salvaguardando a qualidade deste excepcional Sítio Ramsar.

3. A frente fluvial e marítima da Cova-Gala recebe o novo Porto Comercial, na margem sul do Mondego, em articulação com o Porto de Pesca, que é também ali reinstalado. Estes dois terminais serão a mão de um novo braço infraestrutural rodo e ferroviário, que redesenha o atravessamento da estrada nacional na Gala, agora assumida como a porta sul da cidade da Figueira da Foz. Os Portos Comercial e Piscatório definem uma nova plataforma logística que se relaciona com a zona industrial de Lavos.

Sob a frente portuária e marítima, que recebe a nova ponte pedonal, articulam-se extensos passeios fluviais e espaços públicos equipados. Na transição entre a frente de rio e o mar instala-se a nova Aldeia do Surf, enquanto os percursos se estendem ao longo de um deck elevado, sobre as dunas da praia.



Bibliografia

- CORBOZ, ANDRÉ (2001), *LE TERRITOIRE COMME PALIMPSESTE ET AUTRES ESSAIS*. BESANÇON: LES ÉDITIONS DE L'IMPRIMEUR.
- OLAIO, ANTÓNIO (2012), CLOSING TEXT FROM DE CATALOGUE OF THE EXHIBITION *THE FLYING RIVER*, COIMBRA.
- AUGÉ, MARC (1992), *NON LIEUX, INTRODUCTION À UNE ANTHROPOLOGIE DE LA SURMODERNITÉ*. PARIS: LE SEUIL.
- SOLÁ MORALES, IGNASI DE (1996), *PRESENTE Y FUTUROS, ARQUITECTURA EN LAS CIUDADES*. BARCELONA: CCC.

Agradecimentos:

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE COIMBRA;

FILIFE JORGE E INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (FOTOS AÉREAS);

DANIEL PINHEIRO (MOLDURAS DO DOCUMENTÁRIO "MONDEGO", 2011 – [HTTP://VIMEO.COM/31170389](http://vimeo.com/31170389));

TAMBÉM AOS AUTORES, CONHECIDOS E/OU DESCONHECIDOS, QUE TORNARAM POSSÍVEL A INCLUSÃO DE IMAGENS MAIS ANTIGAS, ASSIM COMO DE IMAGENS ATUAIS, PERMITINDO O RECONHECIMENTO E A IDENTIFICAÇÃO DOS TERRITÓRIOS ESTUDADOS.



O Rio Voador

Não há rios que não sejam voadores, como aliás quaisquer conceitos. Mas, aqui, a evocação do rio faz-nos lembrar que ele divide a cidade em duas, com ele a cidade passa a ser duas, um lugar que é pelo menos dois. Por outro lado, provocando um intervalo na cidade, o rio pode ser encarado como uma espécie de suspensão da realidade. E, como todos sabemos, corre para outros lados...

Nesta capacidade de abstração que a experiência de um rio potencia, esbatendo os contornos de um lugar físico ou mental, um rio é sobretudo uma experiência estética.

Para esta exposição os artistas foram convidados a participar com obras que partissem da ideia de “rio voador”. Ou, melhor, foram colocados perante o facto de a exposição se chamar “O Rio Voador”, apresentando obras que habitassem este contexto.

Assim, as peças aqui expostas, sendo explícita ou não a ideia de rio, usando a imagem do rio nas potencialidades metafóricas de um rio, situam-se sobretudo num universo que a possibilidade de um rio voador abre.

António Olaio

(Texto de abertura do Catálogo da Exposição “O Rio Voador”. Coimbra, CAPC, 2012).
Catálogo integral disponível em <http://www.ces.uc.pt/epat/pages/pt/eventos/o-rio-voador.php>